
NOTAS E COMENTÁRIOS

Persp. Teol. 16 (1984) 345-352

TEOLOGIA E SÍMBOLO

A propósito dos casos Gutiérrez e Boff

J. B. Libânio S.J.

Título de pretensão teórica. Mas quer ser mais simples nota que dê conta de acontecimentos que nos tocam de perto e sobre os quais os leitores têm direito a uma explicação. Dois grandes teólogos da A. Latina vêm sendo envolvidos, com ampla cobertura da imprensa, em campanha de suspeita sobre a ortodoxia de sua teologia: Gustavo Gutiérrez, sacerdote peruano e Leonardo Boff, franciscano brasileiro.

Vários aspectos e interesses inter cruzam-se, tornando a questão complexa, conduzindo facilmente as confusões prejudiciais. Por isso, cabe distinguir um nível estritamente teológico, outro simbólico e outro político. Isso revela que os fatos ultrapassam de muito as intenções dos personagens envolvidos. Podem freqüentemente querer deter os eventos dentro de um círculo restrito, e eis que eles explodem para dentro de circuitos sempre mais amplos.

Faz pouco, Gustavo Gutiérrez comemorava seus 25 anos de sacerdócio. E nesse mesmo momento, estava ele mantendo com o episcopado peruano um "colóquio" interno sobre sua teologia. Esses dois fatos acontecendo quase simultaneamente provocaram precisamente a polarização de declarações. De um lado, bispos, teólogos, personagens eminentes da Europa, América do Norte e Latina, em onda crescente, vieram testemunhar e hipotecar ao teólogo peruano sua admiração, sua gratidão por seu trabalho teológico e por sua valiosa contribuição eclesial, não só para seu país, como para toda a Igreja universal. São testemunhos expressivos. Revelam um peso de autoridade e respeitabilidade, que realmente faz crer na significação relevante da presença de Gutiérrez no mundo eclesial.

Nada tanto nos impressiona como os testemunhos de pessoas já avançadas em idade e méritos dentro da Igreja, e como que mais perto da transparência da eternidade, elas testificam sem os rodeios de mortais ainda preocupados em manter certas conveniências. Assim, D. João

Batista de Motta e Albuquerque, então arcebispo de Vitória, pouco antes de morrer, se exprime em carta a Gutiérrez: "Tivemos notícias de suas tribulações por causa de seu compromisso na Igreja a favor dos pobres e de sua libertação. Seu trabalho junto às bases, à JOC e aos movimentos populares, e principalmente seu mistério teológico o qualificam como homem do Evangelho e da Igreja. Sua contribuição à pastoral libertadora, de modo particular pelos livros 'Teologia da Libertação', 'A força histórica dos pobres' e 'Beber em seu próprio poço' beneficiou às igrejas da América Latina, particularmente do Brasil". M. D. Chenu referindo-se ao último livro, cujo subtítulo é "Itinerário espiritual de um povo" comenta: "Adivinha com que fervor fraterno o li, apesar de vista precária. Alegro-me fundamentalmente pela publicação dessa obra de espiritualidade, onde se ampliam as análises sócio-teológicas. Acabo de falar com o Pe. Congar a respeito. Ele sente também por isso uma grande alegria". O próprio Y. Congar escreve: "Acabo de receber 'Beber em seu próprio poço'. Que programa! Vejo que o sr. não abandona o propósito de tratar teologicamente a questão. Isso não quer dizer: em abstrato. Agradeço-lhe muito". Para fechar esse breve respingo de testemunhos, poucos dias antes de morrer, K. Rahner — esse gigante da teologia católica moderna — escreve ao cardeal de Lima: "Devido a várias circunstâncias, de caráter pessoal, que não é necessário especificar aqui, é-me preciso manifestar-lhe a alta estima que tenho pelo trabalho teológico de G. Gutiérrez. Estou convencido da ortodoxia do trabalho teológico de G. Gutiérrez. A Teologia da Libertação que ele representa é absolutamente ortodoxa. É consciente de seu significado limitado dentro da globalidade da teologia católica. Além disso, é consciente — e com razão, segundo minha convicção — de que a voz dos pobres deve ser escutada na teologia no contexto da Igreja latino-americana. Isto quer dizer que uma teologia que deve estar a serviço da evangelização concreta, nunca pode prescindir do contexto cultural e social da evangelização para que esta seja eficaz, na situação em que vive o destinatário".

Esses breves excertos de cartas e testemunhos manifestam um pouco da reação no mundo inteiro de solidariedade e estima pelo trabalho do teólogo peruano. Doutro lado, a imprensa de direita peruana saía com manchetes como "Bodas de Plata de cura marxista". Mais sérias eram as suspeitas vindas de autoridades internas da Igreja.

A própria Conferência Episcopal Peruana emitiu uma declaração meio sibilina, mas que reflete uma atmosfera de dúvida e discussão entre os seus próprios membros. No comunicado de imprensa do episcopado peruano de 27 de abril de 1984, lemos o seguinte referente à Teologia da Libertação: "Ao terminar a reunião da Assembléia Plenária do Episcopado, queremos dar a conhecer que nosso trabalho nesses dias foi

de oração, reflexão e estudo para clarificar conceitos e elucidar temas doutrinários e pastorais em relação à Teologia da Libertação. Estudo e reflexão que há de continuar para o bom resultado de projeções pastorais a partir de nossa responsabilidade de magistério". De uma reunião, em que muitos esperavam uma condenação explícita dos escritos do teólogo peruano Gutiérrez, essa declaração soa algo enigmática, refletindo a falta de consenso entre os próprios membros da Conferência.

Quanto ao momento atual, parece que a questão do juízo eclesial sobre a obra teológica de Gutiérrez está nesse pé. Roma entregou a questão à Conferência Episcopal Peruana. Esta reuniu-se, ouviu o próprio teólogo, discutiu a portas fechadas e publicou esse comunicado reticente.

Antes de descer à análise, uma breve palavra para situar o outro personagem: Frei Leonardo Boff. Qualquer brasileiro meio informado terá lido nos jornais ou ouvido nas rádios e na própria TV que Frei Leonardo irá a Roma para um "colóquio" sobre um de seus últimos livros: *Igreja: Carisma e Poder* (Vozes, Petrópolis 1981). Dois anos atrás, o livro já tinha levantado razoável celeuma. C. Palácio publicou pequeno opúsculo: *Da polêmica ao debate teológico — A propósito do livro: Igreja: Carisma e Poder* (CRB, Rio 1982) onde situou com pertinência e seriedade a questão.

Dois anos depois explode de novo a discussão. Agora em nível mais alto. Pelo que se pôde saber, a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, através de seu Prefeito, o teólogo Card. Josef Ratzinger, fez saber ao autor reservas sobre certas posições doutrinárias assumidas no livro, por achá-las menos dignas de aceitação.

Outro fator desencadeador dessa campanha de suspeitas e ataques à Teologia da Libertação, e de modo especial, a seus dois protagonistas mais conhecidos — Boff e Gutiérrez —, foi, sem dúvida, a publicação pela revista italiana "Trenta Giorni" de um documento reservado do Card. J. Ratzinger, onde ele exprime sua opinião pessoal sobre a Teologia da Libertação. Vindo de quem veio — teólogo respeitável e prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé —, esse texto suscitou reações no mundo inteiro. Assanhou a direita conservadora, tanto eclesial como política, que derramou sua bÍlis em inúmeros artigos e manchetes de impacto. O próprio Card. Ratzinger veio a público de novo para diminuir a onda levantada numa conferência de imprensa a 14 de abril, onde diz que "há diferentes expressões de Teologia da Libertação. Algumas são plenamente legítimas, inclusive necessárias, outras criticáveis e outras finalmente inaceitáveis. A respeito disto é indispensável uma reflexão crítica a partir da dimensão libertadora da fé cristã. A fé é em realidade libertadora, mas com a condição de permanecer como fé au-

têmica sem deixar contaminar-se com elementos estranhos”.

Em torno de L. Boff, como aconteceu também com G. Gutiérrez, milhares de pessoas têm cerrado fileira, hipotecando a ele seu apoio, sua admiração, sua gratidão, por tudo que ele tem feito pela Igreja e pela explicitação da fé no mundo atual de um país de periferia. Nesse momento, ele apenas dá conta de ler a quantidade de cartas, manifestos, abaixo-assinados que tem recebido do país e do estrangeiro. Nos jornais, eminentes personagens de Igreja têm também mostrado a ele sua mais alta estima.

Esses são os fatos. Penetremos um pouco mais no intrincado dos fios que os tecem, a partir dos três ângulos a que aludíamos no início: da teologia, do simbolismo e da política.

Teologicamente falando é sadio todo diálogo teórico, seja da parte daqueles que aprofundam na mesma linha, seja da parte dos que levantam dúvidas, dificuldades, dissonâncias. A verdade é um universo luminoso para o qual convergem todas as contribuições verdadeiras sem perigo e possibilidade de incompatibilidade. Assim, nesse sentido a reflexão do Card. Ratzinger é importante. Mereceu, por isso, uma resposta dos irmãos Cl. e L. Boff, com ponderações teológicas (*REB* 44 [1984] 115-120). Essa foi uma primeira resposta. Certamente muitos teólogos se debruçarão sobre esses textos para pensarem mais longe suas próprias idéias, para perceberem melhor suas conseqüências, para resolverem suas aporias.

Evidentemente numa discussão teológica interferem os argumentos, as razões e não as frases emocionais e simplesmente valorativas. Deturpam-se tais discussões, quando se retira do texto, como se tem feito, p. ex. uma frase como essa, escrita no documento do Card. Ratzinger: “Com a análise do fenômeno da Teologia da Libertação fica evidenciado um perigo fundamental para a fé da Igreja”. Onde está o perigo? Em que pontos? Tais são as questões reais para a Teologia e não as afirmações globais, gerais. Lingüisticamente falando são “in-sensatas”, isto é, sem sentido, sem conteúdo, perdendo-se numa suspeita geral, ótima para lutas ideológicas e não teóricas.

Levar-nos-ia longe o levantamento das questões que se fazem, de maneira séria, à Teologia da Libertação. Tem havido esforços de respostas qualificadas. Assim no campo epistemológico, Cl. Boff escreveu uma tese doutoral, apresentada em Louvaina, Bélgica, de alta qualidade (C. Boff, *Teologia e Prática*, Vozes, Petrópolis 1978). Sobre a utilização do conceito de práxis, ponto diretamente tocado pelo texto do Card. Ratzinger, F. Taborda publicou excelente artigo (Fé cristã e práxis histórica, *REB* 41 [1981] 250-278). E assim por diante.

Portanto, a discussão teológica é sadia. Faz avançar. Corrige uni-

lateralismos. Sobretudo faz perceber que um texto pode receber interpretações diversas das pensadas pelo autor, desde que lido em outros contextos sócio-culturais e eclesiais. A semiótica tem-nos ajudado a superar uma concepção hermenêutica muito ligada à intencionalidade do autor, fazendo ver como o texto fala ele mesmo. E quantas vezes ele fala mais que o autor conscientemente pensara e previra, obrigando-o a retomá-lo depois para matizações.

Um debate teológico não se resolve somando autoridades de um lado ou de outro. Não é como os golpes de Estado na nossa história recente. Aquele que soma mais exércitos ganhou a parada política. O outro cede. Na teologia valem os argumentos de acordo com a natureza própria de sua episteme. E infelizmente tem-se misturado, de maneira não raro apressada, em debates estritamente teológicos o peso de dispositivos disciplinares que deslocam para o campo do exercício da autoridade aquilo que deveria e poderia ter sido resolvido no campo das idéias, da discussão fraterna, do diálogo aberto.

Outro entrave para sadio debate teológico — mais comum em instituições ilustradas — é a autopreocupação com os fumos da vaidade acadêmica. Professores podem discutir mais para aparecerem que por amor da verdade e sobretudo do povo de Deus, em função de quem se faz realmente Teologia. Susceptibilidades feridas provocam reações intempestivas, que de teóricas, só têm a aparência. A Psicologia nos tem desvendado muito esses mecanismos que funcionam mais no nível inconsciente que reflexo. Por isso mesmo aquecem mais que iluminam. São mais paixão que luz. São mais afetividade que razão.

Complica-se ainda mais o debate/diálogo teórico quando entram implicações estritamente ideológicas, eclesiásticas ou políticas. Funciona neste caso o espírito corporativo de defesa ou ataque. Cerram-se fileiras de lados opostos, sem possibilidade de percepção das verdades e contribuições possíveis. Nesse sentido, necessitamos sobre a temática da Teologia da Libertação voltar à lucidez de discussões serenas, teóricas, baseadas em argumentos e não em suspeitas, em reflexões e não em ameaças, em busca da verdade e não em defesa de interesses.

Torna-se tanto mais difícil esse debate, quanto mais a Teologia da Libertação e nela os dois teólogos em evidência, se constituíram em *símbolos*. No fundo, defende-se ou ataca-se não o universo teórico que eles construíram em suas obras, mas o símbolo que eles representam. Símbolo que desborda de longe dos desejos e das intencionalidades deles. Símbolo construído sobretudo pela força dos meios de comunicação e apoiado em sempre crescentes grupos de defensores ou opositores.

A Teologia da Libertação significa, no momento, — não estamos julgando a justeza ou não de tal símbolo — pela força mesmo dos even-

tos e da comunicação em massa, uma corrente interna na Igreja e uma posição política externa. Ela simboliza a crescente presença dos pobres no interior da Igreja, o vicejar das comunidades eclesiais de base, a criação de novas estruturas eclesiais numa linha mais democrática, popular, o surgimento de novos ministérios, comunidades mais participativas de cunho popular. Numa palavra, a Teologia da Libertação simboliza uma "Igreja mais popular", onde a presença do pobre, do povo simples é ativa, importante, criativa. O símbolo não incomoda tanto, às vezes, pelo seu lado positivo. Desse lado, ele é bonito, luminoso. Mas há o outro lado. Ao afirmar essa positividade, nega-se, ou, pelo menos, questiona-se algo existente. Assim a Teologia da Libertação é símbolo de crítica às instituições da Igreja de caráter mais centralizado, de atitudes mais verticalistas e autoritativas, de um movimento eclesial decidido antes fora da comunidade e trazido depois para dentro dela.

Ora, diante desse símbolo, os movimentos no interior da Igreja se dividem. E ambos têm a seu favor excelentes argumentos teológicos, textos de Concílios e Papas. E freqüentemente o símbolo se cristaliza a ponto de transformar-se em mito. E como mito adquire vida própria, dinâmica interna. E em torno dos mitos, as forças se bifurcam, construindo caminhos próprios e separados.

O símbolo ou mito serve freqüentemente como alvo do ataque que se quer no fundo fazer à realidade simbolizada. E essa percepção leva muitas pessoas a defendê-lo, conscientes de que estão numa causa maior.

Essa onda enorme de apoio aos dois teólogos visa, num primeiro momento naturalmente, a ser presença amiga, conforto pessoal fraterno. Mas vai muito além disso, já que se envolvem pessoas que nem sequer conhecem ou privam com os personagens em questão. Inserem-se elas porque intuem que está em jogo toda a vida de um novo modo de ser Igreja, como define o documento do Conselho Permanente da CNBB (*Documentos da CNBB*, n. 25, Ed. Paulinas, S. Paulo 1982). É o símbolo dessa Igreja das CEBs, dos pobres, do povo pequeno que está em jogo, mesmo que muitas vezes os objetores disto não se dêem totalmente conta. Mas é o que fazem imediatamente os meios de comunicações, responsáveis principais por essa repercussão simbólica de tais discussões.

Finalmente, esse debate ultrapassa o universo simbólico interno da Igreja, para lançar-se no amplo *campo político e ideológico*. E nesse momento, a disputa se torna mais acirrada. É isso a que estamos assistindo através da entrada em cena dos grandes jornais e das cadeias televisivas.

Se o debate interno da Igreja se deixa mais dificilmente perceber em seus reais interesses, porque vem sempre envolto com uma linguagem espiritual e até mesmo mística, a luta política é mais clara. Os jor-

nais traduzem claramente, sobretudo através da linha editorial, os interesses teológicos defendidos. E sua rixa com a Teologia da Libertação faz parte de seu programa de defesa dos interesses das classes dominantes. E como essas classes até agora possuíam tranqüila hegemonia na direção das idéias, valores, visão de mundo, através das diversas instituições e entidades da Sociedade Civil, sentem-se agora provocadas pela perda do espaço da Igreja e sua correspondente teologia. Percebem que amplos setores da Igreja se deslocam para as camadas populares, fazendo-se porta-voz dos direitos, das reivindicações delas. São voz dos sem voz, na expressão de Paulo VI. Isso não pode acontecer inocentemente, sem protestos, sem estrebuchamentos. Ora, a Teologia da Libertação simboliza essa parte da Igreja, que se coloca destemidamente ao lado dos pobres, das camadas populares perturbando a paz tranqüila da dominação, até então inconcussa. No fundo, não está em questão a Teologia da Libertação nem se é contra ela, mas contra a libertação como tal. Essa é que é perigosa. Mas para atacá-la de modo eficiente e mais sutil, a Teologia da Libertação é flanco fácil, sobretudo quando se podem explorar as próprias oposições no interior da Igreja.

Assim formam fila na mesma campanha contra a Teologia da Libertação, levantam objeções aos teólogos L. Boff e G. Gutiérrez, desde teólogos respeitáveis até forças políticas e ideológicas conservadoras, desde pessoas pastoralmente responsáveis até outras sedentas de manter o próprio poder ou melhor aproveitar de suas mordomias. Tudo isso dificulta a isenção de ânimo e a inteligência.

Aquilo que poderia ter sido sadia discussão teológica "intra muros", tornou-se até pedra de escândalo para muitos cristãos, de lados bem diferentes. Cristãos iluminados, imbuídos de modernidade, escandalizam-se diante de medidas que lhes soam medievais, peremptas, naturalmente exageradas pela grande imprensa. Julgam que se está processando verdadeiro retrocesso aos tristes métodos da antiga Inquisição, gerando clima de desconfiança e suspeita a respeito de pessoas sérias e de clara cidadania eclesial. Outros, pelo contrário, escandalizam-se diante de afirmações ousadas e mesmo irreverentes atribuídas a esses teólogos. Homens que deveriam ser de Deus, aliam-se ao ateísmo marxista, iconoclasta e de triste recente história. Os jornais cobrem páginas de acusação de marxismo a eles e à Teologia da Libertação, em geral. E fiéis piedosos se horrorizam. Nem se precisa falar de que os textos invocados como prova são distorcidos, arrancados do contexto e sobretudo esvaziados dos matizes que teólogos sérios e inteligentes aduzem em tais questões.

Concluindo, vale recordar que atitude seria mais coerente em todo esse intrincado enredo. Antes de tudo, uma atitude de confiança nas auto-

ridades eclesiais envolvidas no processo. Confiança na seriedade com que levarão os "colóquios", no seu desejo sincero de que apareça a verdade, na lisura dos mecanismos usados, na sua atitude evangélica de acolhimento das pessoas. Confiança de que tudo se faça por amor e respeito à fé dos pobres, à caminhada das comunidades populares, à vida que o Espírito está continuamente suscitando no meio de nosso povo fiel.

Diante de tanta desconfiança quanto à ortodoxia dos autores, vale recordar o sábio conselho de Santo Inácio nos Exercícios Espirituais: "Há de pressupor-se que todo bom cristão deve estar mais pronto a salvar a proposição do próximo do que a condená-la; e, se não a puder salvar, procure saber dele como a entende; e, se a entende mal, corrija-o com amor. Caso tal não bastar, recorra a todos os meios convenientes para que, bem entendida, seja salva" (*Exercícios Espirituais* n. 22).

Finalmente não transformar em tragédia ou em procedimento insólito, o que pode não passar de trâmite rotineiro no interior da Igreja na esperança de que estas polarizações diminuam e dêem lugar ao diálogo esclarecido e fraterno, evitando que assumam tais proporções problemas que poderiam ter sido resolvidos mais silenciosamente em canais também aptos, mas de menos repercussão. Sem dúvida, em todos esses processos a imagem da Igreja sai desgastada, sua credibilidade atingida e com isso o serviço da fé dificultado, em vez de facilitado, como terá sido na certa o desejo de seus promotores principais. É por amor dessa mesma Igreja e da fé, de que ela é mensageira e anunciadora, que se espera um final de compreensão e caridade, recompondo assim os desajustes produzidos. Essa esperança é tanto mais fundada que da parte dos teólogos há explícitas afirmações de fidelidade à Igreja, à fé, e dos hierarcas a certeza de seu não menor amor a essa mesma Igreja e da memória presente do único Mestre e Juiz, o Senhor Jesus.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 1984

J. B. Libânio S.J. é doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma) e professor de Teologia na Faculdade de Teologia do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus (Belo Horizonte, MG). É autor de inúmeros livros e artigos. Seus últimos títulos publicados são *Pastoral numa sociedade de conflitos*, Petrópolis 1982, e *A volta à grande disciplina*, São Paulo 1983.

Endereço: Caixa Postal 5047 (Venda Nova) - 30000 Belo Horizonte - MG